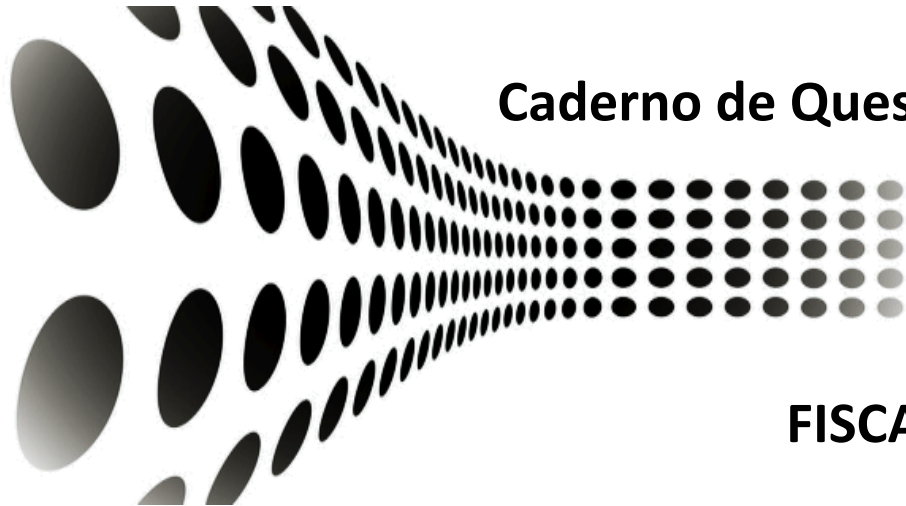




PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ
Estado do Paraná

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024 - EDITAL 001/2024
DATA DA PROVA: 26/05/2024 - PERÍODO: MANHÃ

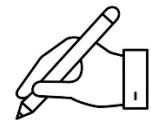


Caderno de Questões Objetivas

FTB

FISCAL TRIBUTÁRIO

Seu nome completo



INSTRUÇÕES:

As páginas deste caderno estão numeradas e contêm 25 (vinte e cinco) questões com 05 (cinco) alternativas (a,b,c,d,e) cada questão.

O candidato não poderá levar o Caderno de Provas de Múltipla Escolha, devendo ao final da prova devolver o mesmo ao fiscal de sala juntamente com a **FOLHA DE RESPOSTAS** (Gabarito).

O candidato poderá levar a folha de rascunho com as marcações da **FOLHA DE RESPOSTAS**, conforme especificado abaixo.

ATENÇÃO:

1. Verifique se as páginas deste caderno estão corretas.
2. Verifique na **FOLHA DE RESPOSTAS** se o seu nome, nº do documento e o cargo para o qual concorre estão corretos.
3. Observe as recomendações impressas na **FOLHA DE RESPOSTAS**.
4. Leia atentamente cada questão e assinale na **FOLHA DE RESPOSTAS** a opção que a responde corretamente.
5. Se você precisar de algum esclarecimento consulte o fiscal.
6. Você dispõe de 3 (três) horas para fazer a prova, inclusive o preenchimento da **FOLHA DE RESPOSTAS**. Faça-a com tranquilidade, mas **CONTROLE O TEMPO**.

Candidato(a), anote as suas respostas abaixo e destaque na linha pontilhada.

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25					

TEXTO PARA AS QUESTÕES DE 01 A 05.

A maternidade é para mim?

A pergunta correta é: você quer que seja?
Ana Fontes | 10.mai.2024

Mais um domingo de Dia das Mães chegando, campanhas publicitárias caríssimas de um lado, cartazes de "aqui está o presente da sua mãe" na prateleira de Tupperware do mercado do outro. A coluna de hoje é uma carta aberta às mães.

Se você me perguntar qual é o trabalho mais complexo do mundo, direi que é ser mãe. A verdade é que não há desafios em uma empresa que se comparem aos desafios da maternidade. Ser mãe envolve se desdobrar em desafios físicos, emocionais e, principalmente, sociais. No Brasil, as mulheres representam mais da metade da população (e são mães da outra metade). A maternidade deveria ser uma pauta essencial a ser discutida no trabalho, na política e na sociedade.

Apesar de este texto ser voltado para mães, percebo a maternidade como uma escolha livre para as mulheres. Ela não deve ser encarada como o único caminho para nós. Definitivamente, não estou entre aqueles que acreditam que a mulher nasceu para ser mãe; você nasceu e pode se tornar quem e o que quiser.

Observo mulheres enfrentando o dilema de quando ser mãe e como isso afetará suas carreiras. Essa situação, além de desafiadora, não deveria nos impor pressa ou medo na realização de nossos sonhos, nem nos obrigar a sacrificar outras áreas de nossas vidas. Mas a gente sabe que a realidade não é assim.

Sem querer romantizar, mas, **[como]** mulher e rodeada de outras, nós sabemos, mais do que ninguém, **[como]** fazer do limão uma limonada. Apesar de o mundo não ser feito para nós, ele é feito por nós. Diversos estudos mostram que as habilidades adquiridas na maternidade são valiosas no ambiente de trabalho. A capacidade de gerenciar tarefas, de tomar decisões e de resolver problemas de forma criativa **é** uma competência adquirida ao longo dessa jornada louca que é maternar.

E sim, para que isso aconteça, a gente precisa de mulheres e de mulheres-mães no poder para que licença maternidade não seja

sinônimo de demissão quando esse período acabar. Que não precisemos passar por sufoco para conseguir creches e pré-escolas acessíveis e de qualidade, que as empresas enxerguem a flexibilidade de horários como algo normal na rotina de qualquer ser humano, que salários justos e oportunidades sejam iguais para homens e mulheres. Precisamos de nós tomando decisões por nós, já que sabemos onde o calo aperta.

Mas hoje vim falar sobre o respeito que parece que as mulheres não recebem por suas escolhas. Então, que, nos próximos dias das mães — cientes de que não será logo —, a gente enxergue a verdadeira contribuição delas para o mundo, que a maternidade não tenha gosto de culpa e muito menos de fim do mundo. Que a maternidade seja celebrada por quem decidiu vivenciá-la e respeitada por quem não quis. No final, sempre somos nós por nós.

FONTES, Ana. A maternidade é para mim? *Folha de São Paulo*, 10 de maio de 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ana-fontes/2024/05/a-maternidade-e-para-mim.shtml>. Acesso em: 11 mai. 2024. Adaptado.

01) Para a autora, a maternidade:

- a) É algo que deve ser restrito a algumas mulheres.
- b) É uma decisão que precisa ser subjugada.
- c) Isola a mulher das pautas políticas e sociais.
- d) Influencia positivamente no mercado de trabalho.
- e) Impacta negativamente a saúde mental da mulher.

02) Quais são os respectivos sentidos veiculados pela palavra “como” nas ocorrências destacadas no quinto parágrafo do texto?

- a) Comparação e modo.
- b) Modo e causa.
- c) Causa e comparação.
- d) Estatuto (de alguém) e modo.
- e) Causa e estatuto (de alguém).

03) No sexto parágrafo do texto, a estruturação do período grifado em torno do modo subjuntivo confere a esse período, diante do contexto em que ele se encontra, um sentido de:

- a) Desejo.

- b) Hipótese.
- c) Condição.
- d) Sugestão.
- e) Incerteza.

04) Os processos de formação de palavras que originaram, respectivamente, os vocábulos “maternar” e “mulheres-mães” são:

- a) Composição por justaposição e derivação sufixal.
- b) Derivação prefixal e composição por aglutinação.
- c) Derivação sufixal e composição por justaposição.
- d) Derivação prefixal e sufixal e composição por justaposição.
- e) Composição por aglutinação e derivação parassintética.

05) Qual(is) é(são) o(s) núcleo(s) do sujeito do verbo “ser” em destaque no quinto parágrafo do texto?

- a) “gerenciar”, “tomar” e “resolver”.
- b) “uma competência adquirida”.
- c) “tarefas”, “decisões” e “problemas”.
- d) “forma”.
- e) “capacidade”.

Questões de Matemática

06) Se escolhermos um número natural aleatoriamente menor que 50, qual é a probabilidade de que esse número esteja compreendido entre as soluções da equação $x^2 + 2x - 8 = 0$?

- a) 1 em 25.
- b) 3 em 50.
- c) 1 em 10.
- d) 3 em 49.
- e) 2 em 49.

07) Considere uma progressão aritmética (PA) em que o primeiro termo é -6 e a razão é 4. Se o décimo termo dessa progressão representa, em centímetros, a soma das arestas de um cubo, qual será o dobro do volume desse sólido?

- a) 421,875 cm³.
- b) 12,5 cm³.
- c) 31,25 cm³.
- d) 45,875 cm³.
- e) 15,625 cm³.

Questões de Conhecimentos Gerais

08) O documento final do último dia de atividades do Acampamento Terra Livre 2024, reafirma a luta dos povos indígenas contra o marco temporal e afirma, em letras maiúsculas: “NOSSO MARCO É ANCESTRAL! SEMPRE ESTIVEMOS AQUI!”

Os indígenas são contra o marco temporal porque:

- a) Limita a ocupação e o uso das terras indígenas em face do agronegócio.
- b) Obriga a partilha das terras indígenas com empresas mineradoras.
- c) Restringe o direito às terras tradicionalmente ocupadas por eles no dia da promulgação da Constituição Federal de 1988.
- d) Exclui os direitos civis de etnias indígenas que ocuparam terras anterior a Constituição Federal de 1988.
- e) Contempla apenas as etnias indígenas que ocuparam terras anterior a Constituição Federal de 1988.

09) O Censo (IBGE, 2022), revela que aproximadamente 45% da população brasileira se declararam:

- a) Brancas.
- b) Pardas.
- c) Indígenas.
- d) Quilombolas.
- e) Negras.

10) Com base na história do município de Barbosa Ferraz, complete a lacuna a seguir:

“Em _____ através da Lei Estadual n.º 4.245, sancionada pelo governador Moysés Willi Lupion de Tróia, o distrito foi elevado à categoria de município, com território desmembrado de Campo Mourão”.

- a) 25 de julho de 1956.
- b) 25 de julho de 1957.
- c) 25 de julho de 1958.
- d) 25 de julho de 1959.
- e) 25 de julho de 1960.

Questões de Conhecimento Específico

11) Nos termos do art. 201, do CTN, “Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular”. Sobre a dívida ativa, é correto afirmar que:

- a) A fluência de juros de mora exclui a liquidez do crédito.
- b) Mesmo formalizado o crédito, discutido ou não na esfera administrativa, ainda não se torna definitivo.
- c) A certidão de dívida ativa não pode ser considerada como um título executivo extrajudicial.
- d) Os juros não podem ser acrescidos à hora da propositura da ação, pois afetam a “liquidez” do crédito.
- e) A certidão de dívida ativa é título abstrato.

12) Ainda sobre a dívida ativa, é correto afirmar que:

- a) A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, inclusive sendo permitida a modificação do sujeito passivo da execução.
- b) A prescrição da ação não se conta da inscrição, mas do momento em que o crédito se tornou definitivo.
- c) A certidão negativa não é prova da quitação de determinado tributo.
- d) É inviável nas execuções fiscais a decretação da prescrição de ofício quando ela tiver ocorrido anteriormente à propositura da ação, cabendo a provocação da parte interessada alegá-lo.
- e) Não cabe ao devedor a prova inequívoca da sua iliquidez, incerteza ou inexigibilidade, mas à Fazenda Pública comprovar a liquidez, certeza e exigibilidade do crédito.

13) Sabe-se que a administração pública tem o poder de vistoriar e de exigir documentos. Em se tratando de Administração Tributária e seu papel de fiscalizar, assinale a alternativa correta:

- a) Um contribuinte de ICMS deve permitir que funcionários fiscais da Secretaria da Fazenda ingressem em seu estabelecimento e examinem seus livros fiscais.
- b) Possui aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.
- c) Não estão sujeitos à fiscalização tributária ou previdenciária quaisquer livros comerciais, limitado o exame aos pontos objeto da investigação.
- d) Não se aplica o prazo prescricional nos casos que envolve os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados.
- e) Tendo a administração fortes indícios de procedimento doloso do contribuinte, munida desse poder fiscalizatório, inviabilizar suas atividades empresariais com base em desconfiças de ilicitude.

14) O art. 5º, § 1º, da Constituição Federal traz uma premissa norteadora: “As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.” Considerando tal premissa, bem como os Direitos e Garantias Fundamentais no âmbito do Direito Brasileiro, é correto afirmar que:

- a) O art. 5º, § 1º, da Constituição Federal, se aplica apenas aos direitos e garantias individuais.
- b) Existem no rol do art. 5º da Constituição Federal somente normas constitucionais de eficácia plena.
- c) Há no art. 5º da Constituição Federal normas de eficácia limitada de princípio institutivo, ou seja, que necessitam de regulamentação infraconstitucional para produzir todos os efeitos.
- d) O art. 5º, LXXI, da Constituição Federal, que prevê o mandado de injunção, não é autoaplicável.
- e) Uma norma constitucional de eficácia limitada é incompatível com o art. 5º, § 1º, da Constituição Federal.

15) Há um artigo reservado aos princípios que regem as relações internacionais na Constituição Federal. No Brasil, entende-se que cada país é dono do seu próprio destino e que cada povo deve

ser respeitado por suas decisões. A este princípio damos o nome de:

- a) Não intervenção.
- b) Autodeterminação dos povos.
- c) Igualdade entre os Estados.
- d) Prevalência dos direitos humanos.
- e) Independência nacional.

16) Ainda sobre os princípios fundamentais que regem as relações internacionais, o Brasil só recorrerá à guerra, se não couber ou se malograr o recurso ao arbitramento ou aos meios pacíficos de solução do conflito, regulados por órgão internacional de segurança, de que participe. Tal princípio chamamos de:

- a) Solução pacífica dos conflitos.
- b) Defesa da paz.
- c) Repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- d) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- e) Concessão de asilo político.

17) São os princípios constitucionais tributários, na maioria explícitos, e que a legislação infraconstitucional deve acatar, em toda a latitude. A vigência da lei que institui ou aumenta tributo deve ficar protraída para o ano seguinte ao de sua publicação, momento em que o ato se insere no contexto comunicacional do direito, o qual chamamos de princípio da anterioridade. Sobre tal princípio, é INCORRETO afirmar que:

- a) A anterioridade das contribuições destinadas ao financiamento da seguridade social, podem ser exigidas depois de decorridos noventa dias da data da publicação que as houver instituído ou aumentado, independentemente de tratar-se de novo exercício financeiro.
- b) O princípio da anterioridade se fixa na necessidade da existência prévia da lei em relação ao exercício da cobrança ou exigência do tributo.
- c) Para satisfazer o princípio da anterioridade, é necessário que a lei de regência do imposto de renda seja a vigente em 31 de dezembro do ano anterior ao ano-base.
- d) Instituir tributo ou aumentar tributo já existente não é urgente, nem tampouco relevante para a Constituição, que, em tais casos, determina seja observado o princípio da anterioridade.

e) Os empréstimos compulsórios de emergência em caso de calamidade pública ou de guerra externa ou de sua iminência e, por suposto, os impostos extraordinários sob o mesmo fundamento, não estão liberados do princípio da anterioridade.

18) O simples vedar que a lei não prejudique o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, seria o bastante para obstar qualquer incursão do legislador dos tributos pelo segmento dos fatos sociais que, por se terem constituído cronologicamente antes da edição legal, ficariam a salvo de novas obrigações. Desta feita, o enunciado normativo que protege o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, é conhecido como:

- a) Princípio da igualdade.
- b) Princípio da tipologia tributária.
- c) Princípio da anterioridade.
- d) Princípio da legalidade.
- e) Princípio da irretroatividade das leis.

19) Leia as opções abaixo:

I - Os impostos de importação e exportação podem ter as alíquotas alteradas sem lei, por ato administrativo, sem observância do princípio da anterioridade e do prazo nonagesimal.

II - O imposto sobre grandes fortunas jamais chegou a ser instituído.

III - O IPI deve ser obrigatoriamente seletivo em função da essencialidade do produto e será cumulativo.

IV - A cobrança do IOF somente poderá ocorrer uma vez, na operação de origem, com uma alíquota mínima de 1%, e, ainda, do montante arrecadado, 30% deverão ser entregues ao Município e 70% ao Estado.

Considerando as afirmações acima, estão corretas as alternativas:

- a) II e III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) III, apenas.

20) Sobre o ICMS e o IPVA, é correto afirmar que:

- a) O ICMS, em regramento infraconstitucional, não dependerá de atos normativos dos Estados formalmente

legislativos (regimes especiais e protocolos bilaterais).

b) As Assembleias Legislativas de cada Estado fixarão as alíquotas internas, que poderão ser inferiores às fixadas pelo Senado para as operações interestaduais.

c) Que nas prestações de serviço de comunicação, nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita, não incidirá o ICMS.

d) O IPVA terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal e não poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e da utilização.

e) Caberá ao Congresso Nacional regulamentar sobre o IPVA.

21) Acerca do ITCD (imposto de transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos), é INCORRETO afirmar que:

a) Terá a competência para sua instituição regulada por lei ordinária se o doador tiver domicílio ou residência no exterior.

b) Terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

c) Terá, por hipóteses de incidência, fatos ligados à sucessão legítima e testamentária e suas antecipações.

d) Pode incidir sobre o monte ou sobre os quinhões.

e) Terá a competência para sua instituição regulada por lei complementar se o de cujus possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior.

22) Conforme previsto no art. 113, do CTN, “A obrigação tributária é principal ou acessória.”. Com base nessa previsão e nas demais previstas tanto no CTN como em demais normas que tratam do tema, veja as opções abaixo:

I - A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

II - Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento.

III - O ente político investido da competência para legislar não pode ser, ao mesmo tempo, o sujeito ativo da relação jurídica obrigacional.

IV - Salvo disposição de lei em contrário, a pessoa jurídica de direito público, que se constituir pelo desmembramento territorial de outra, sub-roga-se nos direitos desta, cuja legislação tributária aplicará até que entre em vigor a sua própria.

Estão corretas as alternativas:

a) II, apenas.

b) I e IV, apenas.

c) I e III, apenas.

d) IV, apenas.

e) II e III, apenas.

23) Acerca da extinção do crédito tributário, é correto afirmar que:

a) Na ação de consignação em pagamento, além de pagar, é possível discutir a legalidade ou a constitucionalidade da exigência.

b) O pagamento libera o sujeito passivo da obrigação.

c) Nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, a extinção do crédito tributário ocorre pela homologação, expressa ou tácita, do pagamento.

d) Prescreve em 5 (cinco) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

e) A compensação pode ser legal ou judicial, mas não voluntária.

24) Sobre as modalidades de suspensão do crédito tributário, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A moratória, lato sensu, não é transação, que no Direito Tributário brasileiro não pode ser preventiva, mas tão somente terminativa de litígio judicial.

b) Para ocorrer a moratória ou o parcelamento do pagamento é necessário haver lançamento do tributo.

c) O depósito pode, em tese, ser administrativo ou judicial, sendo no caso do primeiro feito voluntariamente pelo devedor.

d) Em matéria tributária, o mandado de segurança, em razão do princípio da legalidade e da hierarquia administrativa, pode sempre ser impetrado preventivamente, bastando a existência de lei ou ato normativo contrários ao Direito.

e) Enquanto durar o processo, até o atingimento da decisão última e final, fica suspensa a exigibilidade do crédito tributário

formalizado pela Administração mediante o ato jurídico do lançamento.

25) Considerando o que a Lei Complementar n. 123/2006 estabelece sobre o regime de tributação do Simples Nacional, veja as alternativas a seguir:

I - O Microempreendedor Individual (MEI) não é modalidade de microempresa.

II - A empresa que adere ao Simples Nacional não pode cumular esse regime com as prerrogativas próprias da tributação em separado de cada tributo, como a apropriação de créditos de ICMS ou suspensões de IPI.

III - Cuida-se de regime opcional para o contribuinte, mas que vincula, obrigatoriamente, os Estados e os Municípios.

IV - O enquadramento das pessoas jurídicas como microempresas e como empresas de pequeno porte depende da sua receita líquida anual.

Estão corretas as alternativas:

- a) I e II, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) II, apenas.